

PORTO & MAR

MPF denuncia quatro ex-diretores da Docas

Grupo de executivos é acusado de desviar verba pública

DE SÃO PAULO

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou ontem quatro ex-diretores e dois ex-funcionários da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), a Autoridade Portuária de Santos. O grupo é acusado de autorizar sem justificativa o pagamento de R\$ 1,2 milhão à empresa de informática Domain Consultores Associados, em setembro de 2016. A transação foi enquadrada como suposto desvio de verba pública e baseia a primeira denúncia da Procuradoria no âmbito da Operação Tritão.

Segundo os procuradores, a Domain alegou falsamente ter sofrido em 2016 com variações cambiais, ao adquirir produto importado para a Codesp, e passou a exigir pagamentos da autarquia para balancear os supostos prejuízos. No entanto, análise feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que não houve desvalorização cambial que justificasse os repasses e, tampouco, a empresa de informática comprovou a aquisição de equipamentos ou a aplicação das taxas sobre as compras que foram usadas para calcular o suposto prejuízo.

Os pedidos de pagamento da Domain foram travados três vezes pela área técnica da Codesp, que dizia que o pagamento tornaria o contrato menos favorável para a autarquia. Mesmo assim, a diretoria da Docas autorizou R\$ 1,6 milhões para a Domain – valor acima do solicitado e, segundo o



CARLOS NOGUEIRA

Sede da Codesp, em Santos: desvio de verba foi investigado em 2016

MPF, sem justificativa aceitável. O pagamento ficou em R\$ 1,2 milhão.

O Ministério Público Federal suspeita que o repasse acima do normal teria sido motivado com o objetivo de arcar com o pagamento de propina aos diretores da Codesp e os funcionários envolvidos na liberação da verba.

Os integrantes da diretoria executiva que foram denunciados são José Alex Botelho Oliva, ex-diretor-presidente da Codesp, Francisco José Adriano, ex-diretor de Administração e Finanças, Celino Ferreira da Fonseca, ex-diretor de Operações Logísticas, e Cleveland Sampaio Lofra-

no, ex-diretor de Relações com o Mercado e Comunidade. Segundo a Procuradoria, o grupo foi responsável pela aprovação do pagamento indevido.

Também foram denunciados o ex-superintendente jurídico da Codesp, Gabriel Nogueira Eufrásio, e seu assessor Frederico Spagnuolo de Freitas, responsáveis pela emissão de despachos e pareceres favoráveis ao pagamento de R\$ 1,2 milhão à Domain.

O Porto de Santos é alvo de investigações ligadas à Operação Tritão, deflagrada em outubro de 2018 para apurar esquema de desvio de verbas públicas e fraudes em licitações da Codesp. A etapa mais recente foi a Operação Círculo Vicioso, lançada em novembro do ano passado e que mirou prejuízo de mais de R\$ 100 milhões.

A reportagem busca contato com a defesa dos acusados. O espaço está aberto a manifestações. (Estadão Conteúdo)